

Secretarias de Estado

Ministério da Justiça

DEPARTAMENTO FEDERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 027, DE 06 DE JUNHO DE 1983

O Diretor-Geral do Departamento Federal de Justiça do Ministério da Justiça, usando da atribuição que lhe confere o item V do artigo 12 da Portaria nº 417, de 25 de maio de 1977, do Ministro da Justiça,

RESOLVE conceder, em caráter provisório, nos termos da Portaria nº 68-B, de 16 de maio de 1972, do Ministro da Justiça, o registro referido no artigo 20 do Decreto número 64.398, de 24 de abril de 1969, a EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ACRE - ACREDATA, com sede na Rua Benjamin Constant nº 506, na cidade de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, para exercer a atividade de microfilmagem de documentos.

(Emp. nº 222/83)

IVANCIR GONÇALVES DA ROCHA CASTRO

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA, REALIZADA NO DIA DEZESSIS (16) DE AGOSTO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E TRÊS (1983).

As dez (10) horas do dia dezois (16) de agosto de um mil novecentos e oitenta e três (1983), reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Ministério da Justiça, em Brasília, Edifício Sede, sala quatrocentos e setenta. Presentes os Senhores Conselheiros ANTONIO ZAPPALÁ, ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, BENJAMIM MORAES FILHO, EVERARDO DA CUNHA LUNA, JASON SOARES ALBERGARIA, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e NABOR CESAR SIQUEIRA. Em assuntos gerais o Senhor Presidente informou ao Plenário sobre os expedientes que tramitam pelo CNPP no período compreendido entre quinze a doze de agosto do corrente. Abrindo os trabalhos da sessão o Senhor Presidente justificou a ausência do Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI. Em seguida submeteu a ata da reunião anterior à apreciação do Colendo Conselho, tendo sido aprovada com a emenda apresentada pelo Senhor Conselheiro EVERARDO DA CUNHA LUNA. Por solicitação do Senhor Presidente que se ausentaria por algum tempo da sessão, assumiu a liderança dos trabalhos o Senhor Conselheiro BENJAMIM MORAES FILHO que em seguida passou a palavra ao Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, oportunidade em que, enfocou o anteprojeto relativo ao Centro de Observação, elaborado pelo DEPEN e encaminhado ao CNPP, para exame. À vista da mencionada exposição o Senhor Conselheiro BENJAMIM MORAES FILHO sugeriu ao expositor que, após a apreciação da matéria pelo Conselho, seria oportuno a elaboração de uma exposição de motivos no sentido de se dar conhecimento a todo o sistema penitenciário nacional. Prosseguindo o Senhor Conselheiro BENJAMIM MORAES FILHO, no exercício da Presidência, passou a palavra ao Senhor Conselheiro EVERARDO DA CUNHA LUNA que informou sobre a programação relativa à reunião especial do CNPP que será realizada em Recife, no dia doze de setembro próximo, em atendimento a convite do Senhor Secretário de Justiça daquele Estado. Após o desdobramento dos itens da programação foi entregue cópia a cada um dos presentes. Facultada a palavra ao Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ, relator da Comissão que examinou o anteprojeto proposto pelo DEPEN, sobre a Escola Penitenciária Nacional, informou que prestes a concluir o exame da matéria, manteve contato com o Senhor Diretor-Geral do DEPEN, a fim de que, juntos, concluíssem alguns aspectos que careciam da audiência do Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, Diretor daquele órgão. Em prosseguimento relatou detalhadamente, item por item, sendo acrescidos, ou suprimidos detalhes observados. À apreciação do relatório em tela absorveu quase todo o tempo da sessão, chegando, finalmente, à conclusão e aprovação do mencionado anteprojeto, como segue: "ANTEPROJETO DA ESCOLA PENITENCIÁRIA NACIONAL

CAPÍTULO I - Da natureza e finalidade - Art. 1º A Escola Penitenciária Nacional, EPN, diretamente subordinada ao Ministro de Estado da Justiça, através do Conselho Nacional de Política Penitenciária, é órgão central de direção das atividades de formação contínua e aperfeiçoamento do pessoal penitenciário, bem como de pesquisas científicas e operacionais nas áreas de política penitenciária e de ciências criminológicas. Art. 2º A EPN tem por finalidade promover a formação e o aperfeiçoamento profissional teórico e prático dos funcionários da administração penitenciária, antes da admissão ao cargo ou durante a carreira, para a progressão e ascensão funcional e informação sobre a evolução da política penitenciária e do progresso das ciências criminológicas. **CAPÍTULO II - Da organização** - Art. 3º - A Escola Penitenciária tem a seguinte estrutura orgânica: I - Conselho Administrativo II - Direção-Geral: II.1 - Gabinete; II.2 - Secretaria-Geral; II.3 - Assessoria Psicopedagógica; II.4 - Assessoria de Comunicação Social. III - Divisão Administrativa: III.1 - Seção de Pessoal; III.2 - Seção de Material; III.3 - Seção Financeira; III.4 - Seção de Comunicação Administrativa; III.5 - Seção Gráfica. IV - Divisão

de Ensino; IV.1 - Seção de Formação Inicial; IV.2 - Seção de Estágios Práticos; IV.3 - Seção de Aperfeiçoamento. V - Divisão de Pesquisas: V.1 - Seção de Pesquisa Científica; V.2 - Seção de Pesquisa Aplicada; V.3 - Seção de Política Criminal; V.4 - Seção de Intercâmbio com a Universidade e a Comunidade; V.5 - Seção de Intercâmbio Internacional. VI - Divisão Pedagógica: VI.1 - Seção de Apoio Docente; VI.2 - Seção de Apoio Discente; VI.3 - Seção de Documentação, Biblioteca e Editoração; VI.4 - Seção de Seleção e Registros. VII - Unidades Descentralizadas: Constituídas pelos Centros Regionais da Escola Penitenciária Nacional, com seus respectivos Coordenadores: I - Belém: I.1 - Pará; I.2 - Acre; I.3 - Amazonas; I.4 - Maranhão; I.5 - Amapá; I.6 - Rondônia; I.7 - Roraima. II - Fortaleza: II.1 - Ceará; II.2 - Rio Grande do Norte; II.3 - Piauí. III - Recife: III.1 - Pernambuco; III.2 - Alagoas; III.3 - Paraíba; III.4 - Fernando de Noronha. IV - Salvador: IV.1 - Bahia; IV.2 - Sergipe. V - Belo Horizonte: V.1 - Minas Gerais; V.2 - Distrito Federal; V.3 - Goiás. VI - Rio de Janeiro: VI.1 - Rio de Janeiro; VI.2 - Espírito Santo. VII - São Paulo. VIII - Curitiba: VIII.1 - Paraná; VIII.2 - Mato Grosso; VIII.3 - Mato Grosso do Sul. IX - Porto Alegre: IX.1 - Rio Grande do Sul. IX.2 - Santa Catarina. **CAPÍTULO III - Do Conselho Administrativo** - Art. 4º O Conselho Administrativo, órgão deliberativo da EPN, compõem-se do Diretor-Geral da EPN (I), que será seu presidente, e mais quatorze membros: 2 - O Diretor da Divisão Administrativa da EPN; 3 - O Diretor-Geral do DEPEN; 4 - Um Juiz da Execução Penal; 5 - Um membro do Ministério Público Federal; 6 - Um membro do Ministério Público Estadual; 7 - Um representante do Conselho Nacional de Educação; 8 - Um representante do CNPQ; 9 - Um representante do Conselho Federal de Entomocentes; 10 - Um representante do Conselho Federal de Entomocentes; 11 - Um representante da Universidade Federal, das áreas penitenciária e criminológica; 12 - Um representante da Confederação Nacional da Indústria; 13 - Um representante da Confederação Nacional do Comércio; 14 - Um representante da FUNABEM, especializado no trabalho social com o menor infrator; 15 - Um representante do Conselho Penitenciário. Parágrafo Único. Os Conselheiros serão designados pelo Ministro da Justiça por um período de três anos. O Conselho reunir-se-á trimestralmente, ordinariamente, e extraordinariamente, mediante convocação do Presidente. Parágrafo 1º Suas decisões, sob a forma de resolução, serão tomadas por maioria simples. Parágrafo 2º O Conselho estabelecerá as normas complementares de seu funcionamento. Art. 6º Ao Conselho compete deliberar sobre questões relativas a estágios, problemas de pedagogia e formação, bem como a outros atos que estabeleçam as diretrizes e funcionamento da Escola. Parágrafo Único. Cabe, ainda, ao Conselho deliberar sobre aplicação de recursos, operações de crédito, celebração de convênios e prestação de contas do Diretor-Geral. **CAPÍTULO IV - Da Competência** - Art. 7º A Escola Penitenciária Nacional compete planejar, promover, acompanhar e avaliar as atividades de ensino e de pesquisa, para a capacitação técnico-profissional dos servidores da administração penitenciária em suas diferentes categorias funcionais. Parágrafo Único. A EPN poderá, ainda realizar cursos de especialização para os órgãos da administração da Justiça Penal. Art. 8º - Compete ao Diretor-Geral da EPN: 1 - promover a execução da política de formação contínua do pessoal penitenciário, em obediência à orientação definida pelo Conselho Administrativo, bem como animar as atividades pedagógicas da escola; 2 - presidir o Conselho Administrativo da EPN; 3 - presidir o Conselho de Direção da EPN; 4 - opinar sobre o recrutamento do pessoal encarregado das funções pedagógicas da Escola; 5 - assegurar o funcionamento da Escola, a disciplina interna, a organização material e a designação de locais, bem como tomar medidas necessárias a segurança e a boa ordem; 6 - submeter à proposta orçamentária e a programação financeira da EPN ao Conselho Administrativo; 7 - determinar a instauração de inquérito administrativo; 8 - decidir, em grau de recurso, sobre atos de insubordinação, nos termos do Regulamento Interno; 9 - apresentar ao Conselho Administrativo relatório anual sobre as atividades e funcionamento da EPN. Art. 9º - Compete à Divisão Administrativa a execução das atividades destinadas a oferecer a infra-estrutura administrativa e material necessários ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa através da: I - Seção de Pessoal: coordenar, executar e controlar as atividades relativas à administração do pessoal, provendo, ainda, a prestação de assistência médica e social dos alunos e servidores da Escola; II - Seção de Material: coordenar, executar e controlar as atividades relativas à administração do material; III - Seção Financeira: efetuar a programação e a execução orçamentária e financeira da EPN, bem como acompanhar e avaliar a movimentação e aplicação de recursos a nível central e regional. IV - Seção de Comunicação Administrativa: coordenar, executar e controlar as atividades relativas a protocolo, expediente e mecanografia; V - Seção Gráfica: executar as atividades de composição, impressão, revisão e encadernação de publicações relativas a serviços e artes gráficas, bem como de reprografia e micrografia de interesse da EPN. Art. 10 - Compete à Divisão de Ensino planejar, promover, acompanhar e avaliar as atividades de ensino, através da: I - Seção de Formação Inicial: realizar cursos e atividades curriculares e extracurriculares, para transmissão de um programa de conhecimentos específicos, necessários ao exercício das funções das diferentes categorias do quadro do pessoal penitenciário, bem como para aquisição da prática profissional pela organização de estágios; II - Seção de Estágios Práticos: informar os alunos sobre as condições do exercício da profissão e familiarizá-los com o universo carcerário, para integração dos conhecimentos técnicos com a prática da profissão; III - Seção de Aperfeiçoamento: realizar na Escola e nos estabelecimentos Penitenciários as atividades de aperfeiçoamento, podendo recorrer-se ao concurso ativo de pessoas ou organizações externas à Escola, especializados em problemas de formação profissional. Art. 11 - Compete à Divisão de Pesquisa planejar, promover, executar, acompanhar e avaliar as atividades de pesquisas científicas e pesquisas operacionais nas áreas de política criminal e política social, através da: I - Seção de Pesquisa Científica: proceder ou fazer proceder a pesquisas criminológicas, receber comunicação das que forem realizadas pela Adm-